



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# **As Políticas Públicas para Agricultura Familiar como Possibilidade de Mitigar Impactos dos Megaempreendimentos na Agricultura de Itaguaí-RJ**

**Public Policies for Family Agriculture as a  
Possibility of Mitigating Impacts of Mega  
Entrepreneurship in Agriculture of Itaguaí-RJ**

*Eduardo Gusmão da Costa, Doutorando em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, eduardogusmao1@gmail.com.*

*Lamounier Erthal Villela, Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lamounier.ertal@gmail.com*

## RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar as políticas públicas para a agricultura familiar no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, analisando ações e projetos quanto a possibilidade de mitigar impactos dos megaempreendimentos ali instalados. Ou seja, os megaempreendimentos totalizam investimentos diretos em Itaguaí em torno de R\$ 43,5 bilhões, sem considerar as cadeias produtivas em um município com população estimada de 115.542 habitantes em 2013. O objetivo geral do estudo é compreender a efetividade das políticas públicas frente aos impactos dos megaempreendimentos na agricultura de Itaguaí-RJ. Entre os objetivos específicos estão: identificar aspectos multidimensionais no município de Itaguaí, bem como aspectos conceituais norteadores da pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável; analisar as políticas públicas e ações para agricultura desenvolvidas em Itaguaí; identificar como a Agricultura Familiar de Itaguaí vem perdendo espaço para os megaempreendimentos. Resultados da análise da variação das áreas destinadas a plantio de lavouras permanentes, de 1990 a 2012, indicam que o total de área destinada à colheita em hectares foi reduzido em cerca de 68%. Como conclusões preliminares, nota-se que a falta de regulamentação clara do uso do solo provoca a ocupação desordenada em todo o município, afetando a agricultura através da especulação imobiliária, com a transformação de áreas agrícolas em áreas comerciais, complexos logísticos e residenciais. Esse cenário seria resultante da baixa participação da sociedade, falta de canais para gestão social, falta de controle social e ausência de políticas públicas efetivas.

**Palavras Chave:** Políticas públicas; Agricultura familiar; Desenvolvimento territorial sustentável; Gestão social.

## ABSTRACT

The objective of this article is to evaluate the public policies for family agriculture in the municipality of Itaguaí, State of Rio de Janeiro, analyzing actions and projects regarding the possibility of mitigating the impacts of the mega - projects installed there. That is, mega-projects total direct investments in Itaguaí-RJ around R\$ 43.5 billion, without considering the productive chains in a municipality with an estimated population of 115,542 inhabitants in 2013. The general objective of the study is to understand the effectiveness of public policies in front To the impacts of mega-projects in the agriculture of Itaguaí-RJ. Among the specific objectives are: to identify multidimensional aspects in the municipality of Itaguaí, as well as conceptual aspects guiding the research in Public Policies, Social Management and Sustainable Territorial Development; Analyze the public policies and actions for agriculture developed in Itaguaí; To identify how the Family Agriculture of Itaguaí has been losing space for mega-projects. Results of the analysis of the variation of areas for planting permanent crops, from 1990 to 2012, indicate that the total area harvested in hectares was reduced by about 68%. As preliminary conclusions, it is noted that the lack of clear regulation of land use leads to disorderly occupation throughout the municipality, affecting agriculture through real estate speculation, with the transformation of agricultural areas into commercial areas, logistical complexes and residential. This scenariowould result from the low participation of society, lack of channels for social management, lack of social control and absence of effective public policies.

**Keywords/Palabras Clave:** Public policies; Family farming; Sustainable territorial development; Social management.

## INTRODUÇÃO

Itaguaí faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que é constituída pelos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Um dado histórico relevante é o reconhecimento do potencial agrícola de Itaguaí. Já em 1790, a necessidade de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro orientou uma política para o território de Itaguaí, à época parte integrante da Fazenda Santa Cruz, que se torna vital para o abastecimento de alimentos aos moradores do Rio de Janeiro, sede do vice-reinado desde 1763 (COSTA, 2010). Esse potencial se reafirmou com o presidente Getúlio Vargas, que, na década de 1930, veio a promover uma política pública de reforma agrária na região. Tal reforma tinha os seguintes objetivos: diminuir o adensamento populacional da capital e realizar a ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecimento do Rio de Janeiro. Ocorre, por esta época, um forte movimento imigratório de colonos estrangeiros (principalmente japoneses), que também recebem terras. (MULS, 2004)

Itaguaí destaca-se por aspectos econômicos e históricos, tendo seu nome ligado a vários aspectos da vida do Rio de Janeiro. Foi cenário ficcional da obra *O Alienista*, em que o célebre Machado de Assis capta na essência de sua ficção uma certa esquizofrenia presente na vida política da cidade.

O território de Itaguaí tem seu desbravamento iniciado em meados do século XVII. Segundo relatos de Monsenhor Pizarro, sua colonização ocorre à época em que os índios da Ilha de Jaguaramemon foram atraídos pelo então Governador Martim de Sá, buscando transferência para outra ilha, mais ao sul, conhecida como Piaçavera, hoje denominada de Itacuruçá. Foi daí que estes mais tarde partiram para o continente, fixando-se na região situada entre os rios Tiguaçu e Itaguaí. Com o decorrer dos anos, a localidade prospera, em função de ser o ponto de passagem predileto utilizado pelos viajantes, que tinham como direção os territórios de Minas Gerais e São Paulo.

Com terras férteis, o município de Itaguaí teve, até 1880, importante atividade rural e comercial como exportador em grande escala de cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. Contou, para este desempenho, com a utilização de mão de obra escrava para obtenção de seu desenvolvimento econômico. (IBGE, 2010)

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 ocasionou uma crise econômica no território, por ocasião do êxodo dos antigos escravos, o que, somado à falta de transporte, mais a insalubridade territorial, provocou o desaparecimento de grandes plantações, periódicas ou permanentes (IBGE, 2010). Tal abandono provocou sérios impactos ambientais, como obstrução de rios que cortam quase toda a baixada do território do município, provocando alagamentos e atrofiando por décadas o desenvolvimento econômico. A construção da antiga rodovia Rio - São Paulo, passando por Seropédica, aliada à instalação da indústria têxtil no outrora distrito de Paracambi e ao processo de saneamento da Baixada Fluminense, fizeram com que o município readquirisse sua importância territorial. (TCE - RJ, 2011)

### POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

A população estimada de Itaguaí em 2015 era de 119.143 habitantes. No censo de 2010, esse número era de 109.091 habitantes, sendo a população rural de 4.882 habitantes (composta por

2.626 homens e 2.256 mulheres) e a população urbana de 104.209 (composta por 51.783 homens e 52.426 mulheres). Com uma área territorial de 274,433 km<sup>2</sup>, a densidade demográfica chegava à marca de 395,45 habitantes/km<sup>2</sup>. (IBGE – SIDRA, 2016)

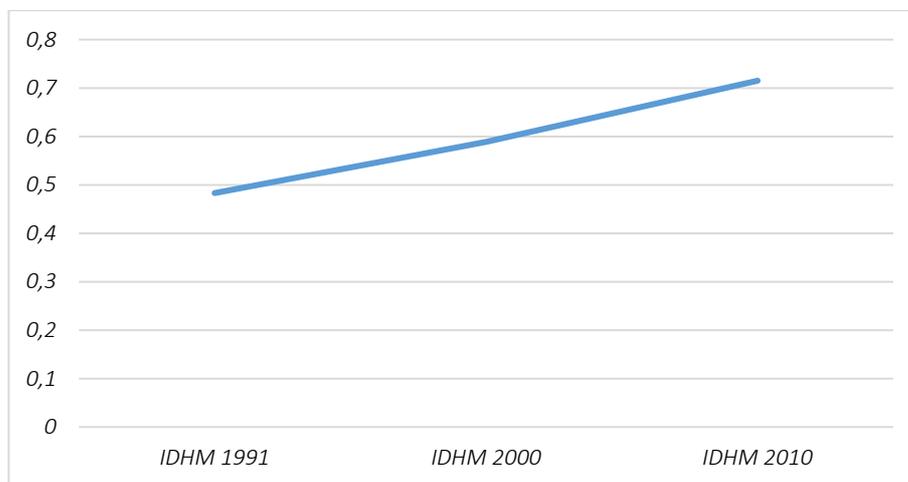
A população de Itaguaí, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, vem crescendo a uma taxa anual de 2,90% ao ano, quando passou de 81.952 para 109.091 habitantes. Para se ter uma ideia de grandeza, no mesmo período, a taxa registrada no Estado do Rio de Janeiro foi de 1,08% ao ano e, na Região Sudeste, foi de 1,06% ao ano e a média nacional 1,18% ao ano.

Um crescimento a uma taxa de 168,52% em relação à taxa de crescimento do Estado do Rio de Janeiro; de 173,58% em relação à taxa de crescimento da Região Sudeste; e de 145,76% em relação à taxa de crescimento nacional é um fenômeno demográfico extremamente alarmante.

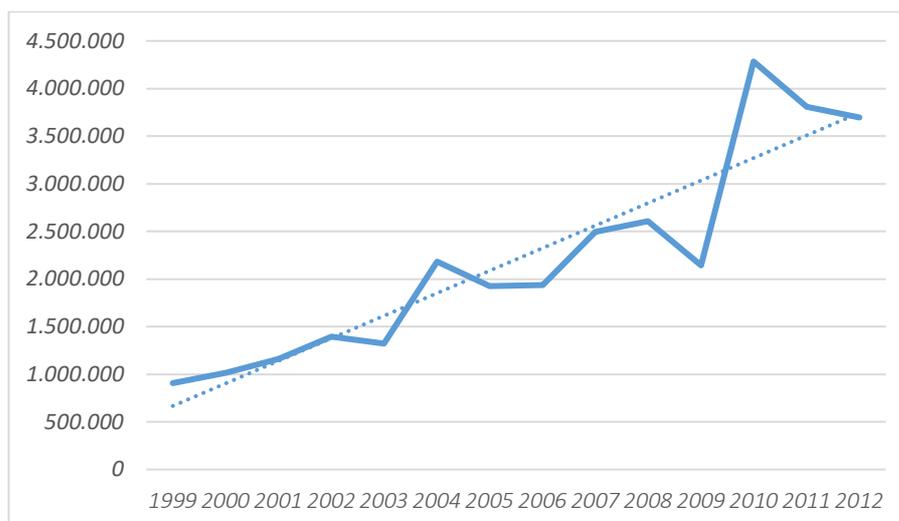
Um estudo da FIRJAN faz um diagnóstico de que, dado o grande volume de investimentos, acoplado à chegada de novas empresas, estima-se uma geração de milhares de empregos, o que possibilita uma forte migração para os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Porém, tal fato, conjugado com uma falta de projetos que contemplem um ordenamento da expansão populacional, somado a uma baixa cobertura de transporte público e demais serviços para a população, poderá levar a um rápido processo de crescimento desordenado, com risco de favelização em torno das zonas industriais ali localizadas. (FIRJAN, 2012)

#### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

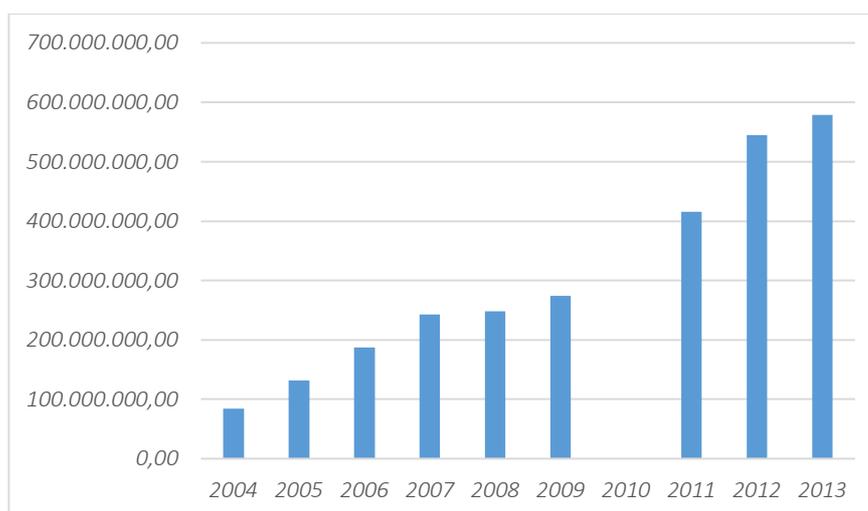
Itaguaí possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,715 em 2010. Em 2012, apresenta um PIB de R\$ 3.698.896.000,00. (IBGE - SIDRA, 2015).



**Figura 1:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Itaguaí, RJ. Elaboração do autor a partir de dados do IBGE/SIDRA



**Figura 2:** Evolução do PIB de Itaguaí – RJ. Elaboração do autor a partir de dados do IBGE/SIDRA



**Figura 3:** Evolução orçamentária de Itaguaí: 2004 – 2013. Elaboração do autor a partir dos pareceres de Contas do TCE-RJ no período de 2004 a 2013. Obs.: As contas do Orçamento de Itaguaí-RJ de 2010 não se encontram disponíveis.

### POPULAÇÃO RURAL DE ITAGUAÍ

Segundo o censo de 2010 somente 9,6% dos domicílios particulares permanentes tinha saneamento adequado, 20,0% inadequado e 70,5% semiadequado. O número total de domicílios rurais permanentes era de 1.523 contra um total de 32.387 domicílios urbanos permanentes, ou seja, os domicílios rurais permanentes correspondem a cerca de 4,5% do total contra 95,5% domicílios urbanos permanentes. A população total residente na área rural é de 4.745 pessoas e a residente na área urbana é de 98.340 pessoas (IBGE, 2010).

A população rural de Itaguaí concentra aproximadamente 65% na faixa etária 15 a 59 anos.

## MEGAEMPREENHIMENTOS

São elencados a seguir alguns dos megaempreendimentos e seus respectivos atores globais e escalas de atuação.

### PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil

O PROSUB é um programa da indústria de defesa, que consiste na construção do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e de mais quatro submarinos convencionais diesel-elétricos, com capacitação realizada pela empresa francesa DCNS (*Direction des Constructions Navales*), em contrato de transferência de tecnologia firmado entre o Brasil e a França.

A previsão de investimento era de 5,2 bilhões de reais somente no período de 2012 - 2014 (FIRJAN, 2012). Os números atuais, segundo a FIRJAN, totalizam o valor de R\$ 22,6 bilhões, dos quais R\$ 7,7 bilhões no período 2014 - 2016 (FIRJAN, 2014). Trata-se de um projeto que vem criando, ao longo de seu período de implantação, um forte impacto na economia do município e muita expectativa, atraindo muita da mão-de-obra local, com influência em todos os setores, inclusive na agricultura. Porém, tais expectativas vêm sendo frustradas, provocando efeitos sociais e econômicos ainda não mensuráveis.

Boa parte da mão de obra empregada veio da agricultura, motivada inicialmente pelos salários e pelos atrativos urbanos, em detrimento da vida rural e suas dificuldades. Uma nova face atualmente se apresenta, o desemprego, acarretado pela descontinuidade de investimentos do governo federal.

### THYSSEN KRUPP SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO - TKCSA

A Thyssen Krupp Siderúrgica do Atlântico - TKCSA (alemã), em conjunto com a Vale, situada no entorno de Itaguaí foi inaugurada no segundo semestre de 2010, com investimento total da ordem de 5,5 bilhões de euros, aproximadamente 16,9 bilhões de reais (FIRJAN, 2011).

A Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) é uma usina siderúrgica voltada à produção de placas de aço, com capacidade de cinco milhões de toneladas de aço por ano. Atualmente, ocupa uma área de aproximadamente 9 km<sup>2</sup>, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro. (Extraído de <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde3/~edisp/inea0017860.pdf>)

A planta inaugurada em 2010 gera 5.500 empregos. A empresa beneficia o minério retirado no estado de Minas Gerais pela Companhia Vale, que é uma das sócias do empreendimento junto com o grupo Thyssen Krupp, que é o controlador. A produção está voltada para a exportação de placas para serem laminadas nas unidades da Thyssen Krupp no Alabama (Estados Unidos) e na Alemanha, que, por sua vez, vendem o produto final para a indústria automobilística e de eletrodomésticos. É uma das maiores siderúrgicas do Brasil e da América Latina. (Extraído de <http://www.inpresspni.com.br/clientes-512-TKCSA---Companhia-Siderurgica-do-Atlantico.html>; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia\\_Sider%C3%BArgica\\_do\\_AtI%C3%A2ntico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Sider%C3%BArgica_do_AtI%C3%A2ntico))

### VALE S/A

A **Vale** é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras logísticas do país. É a terceira maior empresa de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro de pelotas e a segunda maior exploradora de níquel. A empresa também produz manganês, ferroliga, cobre, bauxita, potássio, caulim, alumina e alumínio. No setor de energia elétrica, a empresa participa em consórcios e atualmente opera nove usinas hidrelétricas.

Criada para a exploração das minas de ferro na região de Itabira, no estado de Minas Gerais, em 1942, no governo Getúlio Vargas, a Vale é hoje uma empresa privada, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, e com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Paris, Madri, Hong Kong e Nova York, integrando o Dow Jones Sector Titans Composite Index.

Em 24 de outubro de 2006, a Vale anunciou a incorporação da canadense Inco, a maior mineradora de níquel do mundo, que foi efetivada no decorrer de 2007. Após essa incorporação, o novo conglomerado empresarial CVRD Inco - que mudou de nome em novembro de 2007 - tornou-se a 31ª maior empresa do mundo, atingindo um valor de mercado de R\$ 298 bilhões, à frente da IBM. Em 2008, seu valor de mercado foi estimado em 196 bilhões de dólares pela consultoria Economática, perdendo no Brasil apenas para a Petrobras (287 bilhões) e se tornando a 12ª maior empresa do mundo.

#### **PORTO SUDESTE**

A instalação do Porto Sudeste, anteriormente denominado Porto de Itaguaí, deu-se com montante de investimentos de R\$ 4 bilhões, sendo um modal de alto impacto (Valor, 2014).

O Porto Sudeste previa a construção de um porto com profundidade de 18,50 metros para receber navios do tipo *capsize*.

Foi idealizado para dedicar-se à exportação do minério de ferro trazido pela malha da MRS Logística da mina pertencente à MMX da região de Serra Azul, localizada a sudoeste de Belo Horizonte – e à importação de granéis sólidos, principalmente carvão. No projeto, foi prevista a construção de pátios para estocagem e manuseio de minério de ferro e de outros granéis sólidos. O Porto conta com um berço de atracação e uma área total de 51,2 hectares. Sua capacidade de armazenagem gira em torno de 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O valor total do investimento foi de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1,1 bilhão no período 2010 - 2012. (Extraído de [file:///C:/Users/eduardogusmao/Downloads/Decis%C3%A3o%20Rio%202010-2012%20\\_%20PT%20-%20book%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/eduardogusmao/Downloads/Decis%C3%A3o%20Rio%202010-2012%20_%20PT%20-%20book%20(3).pdf))

O Porto Sudeste conta com a infraestrutura de acesso terrestre e marítimo já existente na região. Dos 3.000 empregos previstos na fase de construção, estavam garantidos apenas 450 na fase de operação do Porto. Trata-se, portanto, de uma oferta de empregos volátil, caracterizada por uma mão de obra que, após a fase de implantação, tende a permanecer em condições precárias socialmente, gerando pressões habitacionais e econômicas no território, dada a falta de planejamento do processo, bem como a baixa qualificação profissional.

Esse cenário se potencializa, ainda de forma indireta, com outros megaempreendimentos no Estado do Rio de Janeiro, como a construção do Arco Metropolitano, que irá cortar oito municípios, incluindo Itaguaí, contando com investimentos previstos de R\$ 1,3 bilhão de reais (FIRJAN, 2011). Tudo isso como parte de um cenário maior de médio e longo prazos que se

desenha para o Estado do Rio de Janeiro, com seus efeitos diretos e indiretos sobre o município de Itaguaí-RJ.

Nos últimos anos, houve um total de investimentos diretos estimados em Itaguaí - RJ em torno R\$ 43,5 bilhões, sem considerar as cadeias produtivas que têm sido formadas por tais investimentos.

Todo esse cenário impacta o objeto deste estudo, a agricultura de Itaguaí, esta que se caracteriza majoritariamente pela agricultura familiar, sendo necessário encontrar mecanismos que garantam a sua manutenção e o seu desenvolvimento, em função de sua multifuncionalidade, englobando aspectos sociais, econômicos e ambientais, através das políticas públicas já existentes ou desenhadas para esse fim.

## APORTES TEÓRICOS

### POLÍTICAS PÚBLICAS

Faz-se necessário, logo de início, considerar a própria inação ou omissão governamental como política pública. Parece paradoxo, mas não é: “A política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer” (DYE, 2005; *apud* HEIDEMANN, 2010, p. 30).

Partindo e tomando como marco teórico tal afirmação, busca-se eliminar qualquer possibilidade interpretativa que leve a um quadro conclusivo pela ausência de políticas públicas. Saravia (2006, p. 28) apresenta o seguinte conceito de política pública:

Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas - constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio de definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Na literatura especializada de estudos de políticas públicas uma parte dos autores e pesquisadores são signatários de uma abordagem estadista, sendo que outra parte defende abordagens multicêntricas. A abordagem estadista ou estadocêntrica (*state-centered policy-making*) entende as políticas públicas, analiticamente, como monopólio e território estatais. A abordagem multicêntrica ou policêntrica considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), conjuntamente com os atores estatais, os construtores das políticas públicas (SECCHI, 2013).

Política pública é apresentada em sua definição tradicional, por Parada (2002), como um programa de ação de uma autoridade pública ou o resultado da atividade de uma autoridade investida de

poder público e de legitimidade. Esse conceito tem uma larga aceitação no terreno da ciência política e administrativa, em especial nos EUA.

Dye (2007), ao definir o escopo da política pública da administração nos Estados Unidos, cita o fato de serem alocados diretamente em torno de 35% do produto interno bruto por este governo. Ou seja, a partir dessa afirmação, em última instância, parece lícito afirmar que políticas públicas sem orçamento não passam de cartas de intenção ou, pior, meros discursos no jogo político. Pode-se considerar a existência de orçamentos sem políticas públicas, mas não uma efetiva política pública sem orçamento.

#### **AGRICULTURA FAMILIAR**

Adotando o conceito de agricultura familiar de ABRAMOWAY (2010) onde a propriedade e o maior volume de trabalho é humano vinculadas por laços de sangue ou de relacionamento afetivo. Onde os seguintes aspectos se destacam em tal definição:

a) se evitar qualquer associação que relacione desempenho produtivo da unidade produtiva familiar métrica utilizada por muitos anos ao relaciona-la a baixos padrões de desempenho, baixa renda ou por seus aspectos de subsistência. A agricultura familiar está presente em cenários sociais e econômicos dos mais variados: sejam nos Andes ou de forma associativa e integrada na Região Sul do Brasil. O que não implica desconsiderar as enormes diferenças socioeconômicas existentes em uma mesma região entre suas unidades fundadas na mão-de-obra da família.

b) O aspecto familiar da produção se destaca não só na organicidade do processo produtivo, mas também na transferência da propriedade e em seu processo sucessório hierárquico.

A maioria absoluta dos agricultores no mundo atual continua patriarcal o que não se repete em nenhum outro campo profissional. Sendo que nos Estados Unidos assim como no Canadá é cinco vezes maior a probabilidade que um negócio agrícola passe de uma geração a outra do que em outro seguimento da economia. Já na França em 1953 a origem dos agricultores era proveniente do meio rural, sendo que em 1985 eram 90%. Na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores exercem a agricultura em tempo integral reproduzindo um padrão ancestral.

#### **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

##### **O ENFOQUE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A CRISE DO CAPITALISMO FORDISTA**

São múltiplas as concepções de território, considerando para análise do desenvolvimento territorial a visão de que este desenvolvimento é multidisciplinar, multiescalar e multidimensional como cultura, economia, religião, conhecimento, sociedade, política, instituições, entre outros (ORTEGA; SILVA, 2011), a busca de formular abstratamente teorias para fenômenos regionais e urbanos acaba em sacrifício dos fatos, em razão da teoria, ou vice-versa. Nesse sentido, faz-se necessária uma imersão na concretude dos fenômenos inerentes ao espaço em que se dá o processo de desenvolvimento capitalista em cada caso específico. Há uma impossibilidade de formulação de leis gerais relativas ao processo de desenvolvimento de caráter universal. Leis relativas a movimento e reprodução necessitam, para serem compreendidas, o entendimento de sua realidade histórico-concreta, em suas estruturas, dinâmicas, relações e processos, que são, por sua própria história, determinados (BRANDÃO, 2012).

### GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO

A gestão social busca a organização comunitária e considera básica a busca constante pela melhoria da qualidade de vida de determinadas aglomerações (VILLELA, 2008). Em um contexto de gestão social voltada para a racionalidade comunicativa, os atores não irão impor suas propostas, buscando validação sem acordo debatido com todos os participantes (TENÓRIO, 1998). Nesse sentido, as ações serão fruto de relações dialógicas e não monológicas. O diálogo elabora o consenso entre os atores, visando o bem comum a cada ação (VILLELA, 2008).

A teoria da organização, na sua forma convencional, fordista, moderna é simplista ao se embasar na racionalidade instrumental, forma que predomina na ciência social do Ocidente. Segundo Ramos (1965, *apud* TENÓRIO, 2002), até a modernidade tal teoria serviu a uma concepção moldada no “fordismo”, mas que se esgota na pós-modernidade e na sociedade do conhecimento. Para o autor, o modelo fordista se tornou ineficaz, pois, mesmo em seu apogeu econômico, sempre se mostrou desumano. Na perspectiva conceitual de Tenório (2002), o tema gestão social tem sido evocado nos últimos anos, na busca por soluções para os chamados sistemas-governo, na implantação de políticas públicas. Tal ocorre nos sistemas-empresa, para gerenciamento de negócios, quase sempre confundido com o tema responsabilidade social.

Segundo Tenório (2004), a gestão social se contrapõe à gestão estratégica em sua proposta de substituição da gestão tecnoburocrática, sem diálogo, para exercer um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo é um exercício de vários atores sociais. Assim, a gestão social seria um processo decisório no qual o outro, o *alter*, está presente em ato intersubjetivo. Assim, por social entenda-se a relação entre pessoas e não uma ação para pessoas, o “eu” interagindo com o “tu”, portanto o “nós”. Assim, sob essa relação, não caberia uma conexão instrumental, mas uma conexão cooperada, solidária ou negociada entre os envolvidos na ação. A relação seria sujeito-sujeito e não sujeito-objeto, tampouco objeto-objeto, como naquelas interpretações em que o ser humano é um recurso, um produto com prazo de validade; o contribuinte; o eleitor; um número de inscrição, em que o fetiche da mercadoria a todos unidimensionaliza. (TENÓRIO, 2012, p. 29)

### GOVERNANÇA TERRITORIAL COM GESTÃO SOCIAL

Governança, como conceito, é um termo tão antigo quanto governo. Conhecido na França desde o século XVI, referia-se aos funcionários da corte, não se relacionando ao processo de governo. A palavra Governança deriva do Latim '*cybern*', significando dirigir ou guiar (do Inglês, '*steering*'), tendo a mesma raiz de '*cybernetics*', ou seja, ciência do controle. Sua origem relaciona-se ao surgimento do primeiro líder tribal a partir da forma mais primitiva de governo. Academicamente, tornou-se objeto de estudo a partir do século XX (MAIA, 2013; *apud* PETERS, 2000).

No começo do século XXI, percebe-se um empenho, por parte dos países das mais diversas regiões geopolíticas, em busca de equiparar as condições de prosperidade às dos países da OCDE, incluindo aí objetos e métodos de governança isomórficos aos desses países. Tal convergência tem como marco a Declaração Universal dos Direitos do Homem, do século XX. Porém, neste início de século XXI, em que parecem eclodir conflitos e medos oriundos das mudanças e do panorama de crise, as formas convencionais de governança estão sendo colocadas em cheque, em sua falta de capacidade e de eficiência na direção da busca do progresso da sociedade. (MICHALSKY; MILLER; STEVENS, 2002).

A definição de governança, assim como toda definição, alinha-se com o olhar de quem vê e por qual “janela” se vê, definindo-se, assim, o quadro teórico escolhido. Como definição conceitual de uma busca, que, se confrontada com a realidade, pode ser considerada uma realidade ou miragem, aqui a governança está compreendida como prática de poder na gestão de um país ou território, com seus mecanismos, processos e instituições, em que seus atores cidadãos e grupos de interesses buscam acordos em torno de consensos mínimos. Essa governança acontece na interação de redes socioterritoriais, que exercem um poder territorial em torno da concertação de consensos, em meio a diferentes atores. Estes buscam acumular poderes políticos, na busca de se tornarem sujeitos na construção do processo de desenvolvimento (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 1).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória em relação às políticas públicas para agricultura familiar nos níveis local, estadual e federal; e descritiva, apresentando-se como estudo de caso na perspectiva de Vergara (2009). Este trabalho se constitui como uma investigação exploratória, na medida em que é realizado em área com pouco conhecimento acumulado.

O caráter descritivo desta pesquisa justifica-se por buscar expor as características do fenômeno analisado, além de estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, não tendo, portanto, compromisso de explicar os fenômenos que descreve: “Estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.” (VERGARA, 2009, p. 44)

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa, ao mesmo tempo, documental, bibliográfica, e de campo, incluindo entrevistas abertas ou semiestruturadas, visualização de dados, observação participativa concomitante com várias ações intermediárias que podem ser caracterizadas como um tipo de pesquisa-ação na perspectiva de THIOLENT (2009). Tal flexibilidade é admitida por FEYERABEND (2011, p. 33)

O universo da pesquisa por seleção de sujeitos incluiu os atores envolvidos com projetos e/ou ações que têm impacto na agricultura de Itaguaí e influenciam as políticas públicas para agricultura do território de Itaguaí-RJ. O foco de análise está, por um lado, na população rural (representada pelos segmentos da sociedade civil e do mercado) e, por outro, no poder público. Foram contatados: agricultores de Itaguaí, lideranças comunitárias na agricultura de Itaguaí, Sindicato dos Agricultores de Itaguaí, Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí, Secretaria Municipal de Finanças de Itaguaí, Secretaria de Administração de Itaguaí, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Itaguaí, Biblioteca Municipal Machado de Assis de Itaguaí, Centro de Memória de Itaguaí, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAPEC do Estado do Rio de Janeiro, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER – RJ - Escritório de Itaguaí, Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande – BIG (Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty), Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET da Baía da Ilha Grande, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A amostra foi definida pelo critério de acessibilidade (GIL, 1987).

## DIAGNÓSTICO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA EM ITAGUAÍ

Ao analisar, no cenário da agricultura de Itaguaí, o baixo nível de investimentos em Políticas Públicas, constata-se a impossibilidade de uma governança efetiva de políticas públicas. Apesar de o poder público local ter um conjunto de projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí - SEMAAP, não foi percebido na pesquisa de campo e nas entrevistas que tais projetos cheguem, em seu conjunto, aos agricultores. Neste caso devido à falta de recursos investidos, não se pode considerá-los como uma política pública para agricultura. Tal afirmação pode ser expressa a partir da perspectiva de Dye (2007), segundo o qual, em última instância, parece lícito afirmar que políticas públicas sem orçamento não passam de cartas de intenção ou, pior, meros discursos no jogo político. Pode-se considerar a existência de orçamentos sem políticas públicas, mas não uma efetiva política pública sem orçamento. O quadro encontrado em Itaguaí é o seguinte:

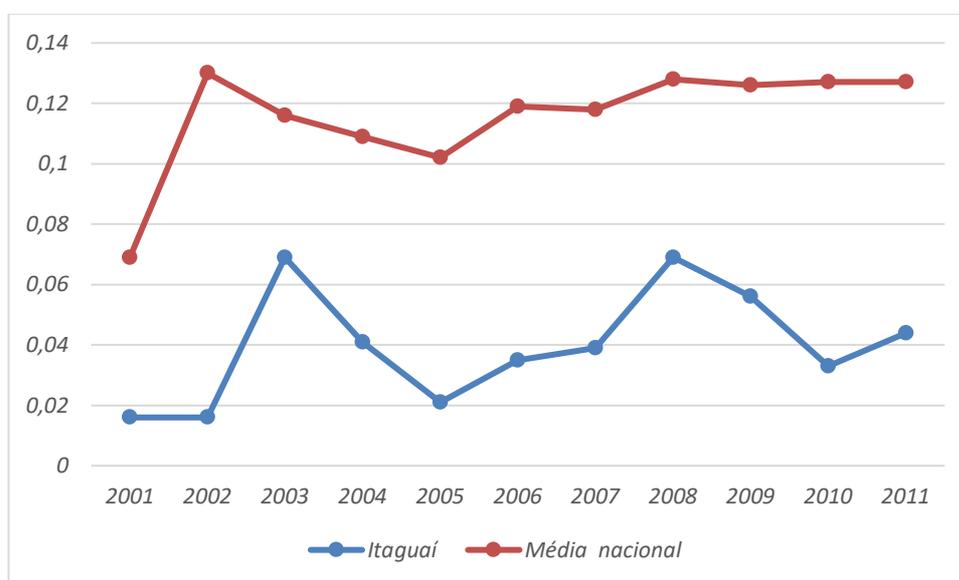


Figura 4 : Investimento municipal (Itaguaí – RJ) em agricultura – Percentual da receita orçamentária.

No exercício de 2015, o orçamento para agricultura foi zero. Os fatos levantados, durante a pesquisa, relativos à lógica do poder local, permitem afirmar que os interesses que norteiam, nos últimos anos, as políticas de Itaguaí se distanciam de uma preocupação maior com o bem-comum. Isso pode ser constatado pelos sucessivos casos de corrupção e sua magnitude, envolvendo gestores públicos locais. O quadro geral denota, por parte do poder público local, nos últimos anos, um distanciamento progressivo dos ideais republicanos, através de uma gestão pública temerária.

### PROJETOS E AÇÕES NO TERRITÓRIO DE ITAGUAÍ

No município de Itaguaí, pela sua estrutura, a agricultura fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca– SEMAAP, localizada em uma área de propriedade da Petrobras. Na ocasião da pesquisa, estava a sua frente como Secretário um professor do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR, formado em zootecnia pela UFRRJ.

Na Secretaria está instalado o Centro Didático Produtivo (CDP- SEMAAP), que conta com uma área de plantio de leguminosas denominada de Horta Municipal.

A Horta Municipal possui extensa área com o cultivo de hortaliças orgânicas, que, segundo informação da SEMAAP, fornece hortaliças para 46 escolas municipais, 7 creches municipais, APAE, Asilo Santa Lucia, grupo da terceira idade e o Hospital Municipal São Francisco Xavier. No ano de 2010, a horta distribuiu 4.168 pés de alface, 948 pés de chicória, 566 molhos de couve, 815 molhos de salsa, 680 molhos de cebolinha, 68 quilos de beterraba, 15 pés de aipo, 80 molhos de espinafre e 78 pés de brócolis. De maneira geral, foi possível constatar que as ações institucionais implementadas pela SEMAAP teriam potencial, caso seus objetivos fossem alcançados, principalmente por seu foco na capacitação técnica dos agricultores familiares de Itaguaí. A secretaria poderia ser caracterizada como um verdadeiro centro didático de produção e de práticas agropecuárias sustentáveis. Porém, observa-se que tal esforço acontece de forma institucional isolada. (COSTA, E; VILLELA, L., 2013)

A falta de participação dos agricultores foi detectada, por exemplo, na baixa participação do Conselho de Representantes de Agricultura de Itaguaí, que era densamente povoado por representantes do poder público local, até o momento da pesquisa. Não foi possível avaliar, dada a complexidade do processo político de Itaguaí, se a baixa participação se dá por desinteresse ou descrédito do poder público, ou os dois.

#### Análise dos Dados da Agricultura de Itaguaí

##### Análise de áreas destinadas a plantio de lavouras permanentes de 1990 a 2012

O total de área destinada à lavoura permanente em hectares no período de 1990 a 2012 sofre redução de aproximadamente 68% de área destinada. A Figura 7 demonstra a redução de área no período.

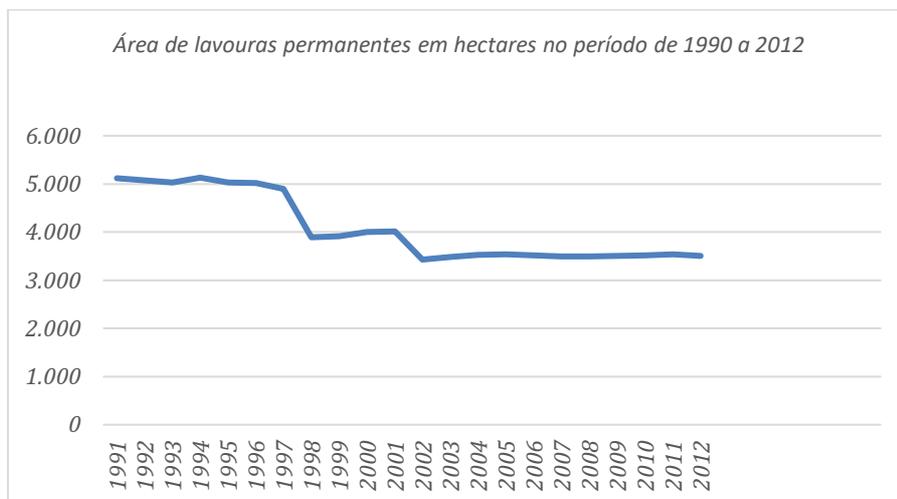


Figura 5 : Gráfico - Área de lavouras permanentes em hectares: 1990 – 2012.

Fonte: Dados extraídos de IBGE – SIDRA. Tabela 1613.

São várias as escalas envolvidas, mas, seguramente a falta de investimento público não contribuiu para o desenvolvimento da agricultura de Itaguaí, em relação ao seu histórico, conforme detectado em vários relatos no campo de pesquisa. Isso se expressa na fala de uma liderança do Conselho Comunitário de Mazombinha e Rio Preto:

[...] Itaguaí chegou a ser o maior produtor de quiabo da América Latina. Mazomba já foi um dos maiores produtores de banana do Estado do Rio de Janeiro [...] um dos maiores produtores de aipim do Estado do Rio de Janeiro, [...] uns dos maiores produtores de goiaba, através da colônia japonesa.

Ficou entendido, através da pesquisa, que o processo de perda de espaço da agricultura familiar ocorre simultaneamente ao processo de implantação e desenvolvimento dos megaempreendimentos em Itaguaí. A análise aqui desenvolvida, entretanto, não busca atribuir tal fenômeno a um único fator, considerando a complexidade e a influência de variadas escalas; e que os atores envolvidos sofrem influências e influenciam-se mutuamente, consciente ou inconscientemente. Tais escalas perpassam do global ao local, potencializando efeitos do macro ao micro; assim como, de forma inversa, neste caso, de maneira imperceptível e não mensurável, dada a magnitude do global.

Em função da magnitude dos megaempreendimentos, seus impactos se personificam através do poder que seus atores carregam como corporações (Thyssen Krupp, Vale S/A, etc.) e instituições de espectro global. Uma análise que busque entender o poder local e a correlação de forças facilmente pode detectar, através de uma pesquisa relativa ao desenvolvimento local de Itaguaí, que existe um nítido desequilíbrio econômico e tecnológico entre os atores da escala global e os atores da escala local, principalmente em suas capacitações frente aos problemas gerados.

Corporações globais como essas, com acesso a redes científicas, tecnológicas e de informações, criam, em relação ao poder local, uma assimetria de informações e acessos que transforma este poder local em mero espectador, face à falta de capacitações dessa monta. Ao mesmo tempo, quando este mesmo poder local não se orienta por uma gestão social que busca a organização e a participação comunitária, estabelecida a partir de uma racionalidade comunicativa com sua população, fica refém de um planejamento estratégico formulado de cima para baixo, elaborado alhures, alheio aos interesses locais, quando não nacionais. Trata-se, portanto, de um poder local

que, por falta de capacitações, dada a magnitude desses megaempreendimentos, não consegue exercer uma governança lá onde estão envolvidas diversas ordens relacionais de hierarquias e de escalas, com suas problemáticas estruturais e conjunturais a impactarem o território que é palco de tais megaempreendimentos.

Por outro lado, tal cenário tende a tornar-se catastrófico quando o poder local, alheio ao bem-comum, cede às possibilidades geradas pelo poder econômico dos megaempreendimentos, caracterizadas por um abrupto aumento de receitas, que se perdem em meio à má gestão ou corrupção, quando não ambos.

Nas entrevistas junto aos produtores, não foi percebido nenhum processo participativo, muito menos o envolvimento destes na formulação de ações nos níveis municipal, estadual e federal, à exceção recorrentemente citada da EMATER, através de seu escritório em Itaguaí.

Um dos fatores que pode contribuir para o baixo nível associativo talvez possa ser atribuído, em parte, à origem difusa dos assentados no território no período Vargas, sendo estes de origens distintas, englobando japoneses, nordestinos, etc. Isso teria dificultado a formação de um tecido social com laços culturais comuns, e, por conseguinte, o estabelecimento de relações associativas no território.

A análise aponta que o crescimento econômico do município se dá na lógica do mercado, com baixa participação dos poderes locais e uma desordenação da ocupação do território. Pode-se perceber uma impotência do poder público frente à avalanche de investimentos que não encontram na infraestrutura da cidade nem mesmo capacidade técnica para elaboração de projetos e planejamento urbano e rural.

Iniciativas como a da SEMAAP poderiam ser ampliadas, constituindo propostas de políticas públicas concebidas a partir da discussão e da deliberação dos atores da sociedade civil (agricultores, associações e sindicatos dos produtores locais) e do poder público, nos seus níveis executivos e legislativos; municipal, estadual e federal, com participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de técnicos do PRONAF. Assim sendo, tais políticas poderiam mitigar os impactos ambientais, possibilitando um desenvolvimento territorial sustentável e contribuindo na estruturação de redes e na ampliação de laços entre os atores locais, visando a fortalecer a agricultura local, com agregação de qualidade de vida, agregação de valor ao trabalho rural e, principalmente, um Desenvolvimento que gere liberdade.

A ausência de políticas públicas efetivas, detectadas nas falas da liderança local de Mazombinha e Rio Preto, faz com que ações de contrapartidas de empresas que implantam e operam os megaempreendimentos sejam vistas como políticas públicas, na ausência das mesmas. Por falta de opção, ocorre a valorização do que são medidas compensatórias ou de ajustamento de conduta, apresentadas como uma benesse. Tal percepção é reforçada pela forma como é apresentada pelos impactantes podendo ser citado o exemplo da Odebrecht, que compra parte da produção local junto a alguns agricultores. Na ausência do poder público local, os papéis se invertem. O impactante virá benemérito e o poder público, vilão, por omissão.

A exclusão digital e a exclusão de comunicação por falta de acesso às Tecnologias de Acesso a Comunicação – TIC's, somadas às dificuldades de sobrevivência nas atuais condições da agricultura encontradas pelas gerações anteriores, comprometem a permanência do jovem no campo. Na busca por melhores condições de vida, ele acaba, muitas vezes, subempregado na cadeia produtiva dos megaempreendimentos. Por ser em geral uma mão-de-obra não especializada para

indústria, o jovem agricultor rural obtém baixa remuneração, não enxergando na agricultura familiar uma oportunidade de mercado com possibilidades melhores.

Outro fator, a falta de regulamentação do uso do solo, provoca uma ocupação desordenada em todo o município, afetando a agricultura através da especulação imobiliária, com a transformação de áreas agrícolas em áreas comerciais e residenciais.

Não há uma governança mínima que possibilite um desenvolvimento territorial sustentável, o que também ocorre pela falta de controle do poder público e de um controle social com canais adequados.

No que tange ao objetivo geral da pesquisa, que é compreender a efetividade das políticas públicas para a agricultura local frente aos impactos dos megaempreendimentos no município de Itaguaí - RJ, os resultados da pesquisa levaram à conclusão de que foram aplicados, no período delimitado para a pesquisa, recursos inexpressivos em políticas públicas para agricultura familiar por parte da Prefeitura de Itaguaí, chegando a zero no último período pesquisado a nível orçamentário do executivo municipal.

Verifica-se a ocupação da franja periurbana de Itaguaí com a construção de sistemas logísticos. Relatos de vendas de terras de propriedade de agricultores familiares na área da Mazomba são cada vez mais comuns. Todo esse conjunto de processos especulativos orbitam em torno de atividades ligadas aos megaempreendimentos.

Entendendo as várias escalas envolvidas, entretanto, não se pode atribuir a um único fator a perda de espaço da agricultura familiar de Itaguaí, já que aqui foram elencados vários fatores de ordem econômica, social, tecnológica, e política, que devem fazer parte de uma análise isenta. Porém, nenhuma análise dos impactos diretos dos megaempreendimentos no município e na agricultura familiar de Itaguaí consegue fugir do campo de discussão relativo ao tipo de desenvolvimento econômico ali em curso.

Vide os vários exemplos de lógicas similares de desenvolvimento econômico, a citar, na história recente de nosso estado, o caso de Macaé – RJ, conforme discutido por GUEDES; VILELLA *et. al.* (2012). Trata-se de um desenvolvimento que torna esses territórios um não-local, cidades dormitórios, sem vida comunitária, amorfa em sua cidadania. O poder público local fica cooptado, impotente e inoperante frente à rapidez das transformações operadas através do modelo de desenvolvimento econômico imposto pelos referidos projetos. O poder público local não identifica na agricultura suas múltiplas possibilidades de desenvolvimento, sejam elas econômicas, sociais, culturais e institucionais, entre outras, como forma de ordenar o território, fortalecer sua identidade, gerando segurança alimentar, preservação ambiental e, principalmente, apresentando-se como uma alternativa a uma urbanização desordenada, um contraponto.

Dessa forma, a atividade da agricultura poderia ser vista como uma ferramenta para mitigar os efeitos perversos do crescimento desordenado de Itaguaí e da Baixada Fluminense. Para fazer frente à perda da qualidade de vida no urbano, que essa região vem sofrendo ao longo dos últimos anos, é necessário lançar um novo olhar para o rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso da agricultura familiar, já existem políticas públicas no âmbito do PRONAF para a maioria dos problemas aqui elencados, sejam eles de ordem tecnológica, financeira ou de apoio à agricultura familiar. A grosso modo, pode-se seguramente afirmar que o cardápio das políticas públicas já está pronto. À mesa, encontram-se ávidos os agricultores familiares, à espera de serem servidas as políticas públicas já existentes para a agricultura familiar, dependendo apenas de vontade política de gestores públicos locais que sejam voltados para o bem-comum de sua comunidade.

Nessa perspectiva, a multifuncionalidade da agricultura familiar torna-se estratégica para formulação de políticas públicas multifacetadas e que contemplem a necessidade de uma nova relação com o território em todas as suas dimensões, vista como um contraponto à agricultura padronizada, sujeita a relações eminentemente de mercado, com seu modelo atual insustentável.

A agricultura familiar tem suas relações subjetivadas em aspectos holísticos intrínsecos a sua relação com o território, desde sua necessidade de subsistência ao comprometimento com a sustentabilidade desse mesmo território, necessária a todas as suas dimensões. Entender esse comprometimento natural, que remonta às origens da agricultura familiar, para formulação de políticas públicas, torna-se vital para a sustentabilidade do planeta com toda sua fauna, flora e recursos.

Uma miríade de soluções poderia ser encontrada por meio de uma Gestão Social voltada para um Desenvolvimento Territorial Sustentável pautado na multifuncionalidade da agricultura familiar. Afinal, a segurança alimentar, a segurança hídrica e ambiental já agendou as discussões, o que falta é a tomada de consciência de que essa não só é uma realidade vivenciada no dia a dia pelos agricultores familiares, mas uma agenda em atraso por parte da sociedade civil, do mercado e principalmente do poder público.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. \_\_ Entrevista- Agricultura Familiar. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/> Acesso: 20/02/16 09:15
- BOISIER, S. **Sociedade Civil, Participación, Conocimiento y Gestión Territorial. Mirando por el retrovisor: la década de los años noventa y el proceso de redemocratización em América Latina**. In: Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Dalabrida, V. R. (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALABRIDA, V. R. **Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. v.9, n.3, p. 313-353, set-dez/2013, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136>. Acesso em 26-05-15 12:55
- COSTA, E; VILLELA, L. **Perspectivas na agricultura do município de Itaguaí face às transformações na estrutura produtiva local**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social,

2013, Belém- PA. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Belém - PA: RGS, 2013. v. 1. p. 1-16.

COSTA, M. G. **Coletânea de Nossas Memórias - Itaguaí a Cidade do Porto**. Itaguaí: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí, 2010

DALABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. **Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica**. Desenvolvimento em questão. Unijuí: 2003. Ano 1 n. 2 • jul./dez. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80/37>  
Acesso em: 16-09-2014 19:55

DALABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: introdução ao tema**. In: **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Dalabrida, V. R.(org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2011

DYE, T.R. **Understanding public policy**. 11 ed. Upper Saddle, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2011.

FIRJAN. **Decisão Rio 2011-2013**. Disponível em: <http://www.decisaorio.com.br/downloads-1/>  
Acesso em: 10/06/2014

\_\_\_\_\_. **Decisão Rio 2014-2016**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/eduardogusmao/Downloads/Book%20FIRJAN%20%20Decisao%20Rio%2014-2016\\_POR.pdf](file:///C:/Users/eduardogusmao/Downloads/Book%20FIRJAN%20%20Decisao%20Rio%2014-2016_POR.pdf). Acesso em: 03-02-2016 19:07

\_\_\_\_\_. EEBA 2011: cooperação, competitividade e negócios. INFORME CIN CENTRO

\_\_\_\_\_. FIRJAN discute Arco Metropolitano com Prefeitura de Seropédica. 2011. Disponível em:

<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE92551327401255B6ED16A641F.htm>

Acesso em: 14-06-2014

\_\_\_\_\_. **Visões de Futuro: Potencialidades e desafios para o Estado do Rio de Janeiro - Região Baixada Fluminense I**. Rio de Janeiro. PDF. 2012.

GUEDES, C. A. M.; SANTANA, J. S.; VILLELA, L. E. **Desenvolvimento territorial sustentável e os desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí-RJ**. Caderno EBAPE, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512011000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300009). Acesso em: 25 ago. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HEIDEMANN, F. G; SALM. J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

IBGE Cidades. **Itaguaí. Censo demográfico 2010: resultados do universo - indicadores sociais municipais**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330200&idtema=79&search=ri-o-de-janeiro%7Citagua%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais> Acesso: 30-08-14 18:06

IBGE-SIDRA, 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=21&z=p&o=30&i=P> Acesso em: 28-10-2015 13:23

MICHALSKY, W.; MILLER, R.; STEVENS, B. **A Governância no Século XXI: o Poder na Economia e na Sociedade Globais do Conhecimento**. In: A Governância no Século XXI. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Paris, e GEPE - Ministério da Economia, Lisboa, 2002.

MULS, L. M. **O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia. Tese de Doutorado. 2004.

ORTEGA, A. C.; SILVA, F. P. M. **Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança**. Salvador: Revista de Desenvolvimento Econômico, 2011. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Eduardo/Meus%20documentos/Downloads/1597-6033-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Eduardo/Meus%20documentos/Downloads/1597-6033-1-PB%20(5).pdf) Acesso em 06-10-2014 18:30

PETERS, B. B. Governance and Comparative Politics. **Debating Governance: Authority, Steering, and Democracy**, 2000, New York.

REIS, J. **Ensaio de economia impura**. Coimbra: Almedina, 2009.

TCE-RJ. **Estudos sócios econômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro – Itaguaí**. 2011.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a gestão social?** III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2013/03/ANE103.pdf> Acesso em: 15-02-2014

\_\_\_\_\_. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí: 2007.

\_\_\_\_\_. **Tem razão a Administração? Ensaio de Teoria Organizacional e Gestão Social**. Ijuí. Editora Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. **Gestão Social: uma perspectiva conceitual**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, set/out. 1998.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G; CANÇADO, A. C. **Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local**. Lavras: Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, n. 2, p. 208-219, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/878/87831713006.pdf> Acesso em: 19-03-2016 as 22:14h.